

## O ENEM Sob Vigilância: A Comissão Verificadora de Questões e as Provas de Ciências Humanas no Governo Bolsonaro

### The ENEM Under Surveillance: The Questions Checking Commission and the Human Sciences Tests during Bolsonaro Government

\*Alexandre Barbosa Fraga<sup>1</sup> 

\*Thiago Oliveira Lima Matioli<sup>2</sup> 

#### Resumo

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil, organiza suas questões por áreas de conhecimento. A prova de Ciências Humanas inclui, desde 2009, também o componente de Sociologia. A partir de então, alguns pesquisadores analisaram a maneira como essa disciplina foi cobrada até 2018. No governo Bolsonaro, as provas de todas as áreas apresentaram a particularidade de terem sido compostas depois da inspeção ao Banco Nacional de Itens por uma comissão criada pelo governo federal, que, na prática, aprovou e reprovou questões por motivos ideológicos. O objetivo geral deste artigo é analisar os impactos do governo Bolsonaro no processo de elaboração e aplicação do ENEM, inclusive as possíveis consequências dessa censura para a presença da Sociologia no exame, o que é realizado estudando especificamente o trabalho de tal comissão e as provas de Ciências Humanas de 2019 a 2021. Para tanto, a metodologia utilizada é a análise documental, de relatórios oficiais e cadernos de questões do ENEM.

**Palavras-chave:** ENEM; censura; ciências humanas; sociologia.

#### Abstract

The National High School Exam (ENEM), the main form of access to higher education in Brazil, organizes its questions by areas of knowledge. Since 2009, the Human Sciences test also includes the Sociology component. Since then, some researchers analyzed how this subject was demanded until 2018. In the Bolsonaro government, the tests of all ENEM's areas of knowledge showed the specificity of having been composed after inspection by a commission created by the federal government, which, in practice, approved and disapproved questions for ideological reasons. The general objective of this article is to analyze the impacts of the Bolsonaro government on the process of elaboration and application of the ENEM, including the possible consequences of this censorship for the presence of Sociology in the exam.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8568-9545>.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense, Colégio Universitário Geraldo Achilles Reis (COLUNI/UFF, Niterói, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9363-1888>.

This is done by studying, specifically, the work of this commission and the Human Sciences exams from 2019 to 2021. For this purpose, the methodology used is documental analysis, of official reports and ENEM tests.

**Keywords:** ENEM; censorship; human sciences; sociology.

## Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), apresenta, pelo menos, dois objetivos: avaliar o aprendizado acumulado pelos estudantes durante a Educação Básica e permitir o acesso deles ao Ensino Superior. De 1998, ano de sua criação, a 2008, a prova consistia de 63 questões objetivas, mais redação, aplicadas em um único dia e com base em apenas uma matriz de referência. De 2009, quando houve uma reformulação do exame e a inclusão da Sociologia, até hoje, passou a ser composto por 180 questões, divididas em dois dias e com 45 questões de múltipla escolha para cada área de conhecimento e respectiva matriz. Além da redação, são realizadas as provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (constituída por Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física), Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Química, Física e Biologia) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática).

Todos os anos, desde 2009, o INEP precisa de, pelo menos, 360 questões, também chamadas de itens, prontas para comporem as provas, já que, além da aplicação regular, realizada por milhões de candidatos, há, ainda, o ENEM PPL (Pessoas Privadas de Liberdade), ou seja, para jovens que cumprem medidas socioeducativas e para adultos em prisões. Essa segunda aplicação também é utilizada para atender aqueles candidatos que ficaram impossibilitados de realizar a prova na primeira data, por motivos como, por exemplo, problemas no local do exame. Em alguns anos, como em 2016, devido ao vazamento da prova, e em 2020, quando pela primeira vez foi aplicado o ENEM digital, foram necessárias três provas e 540 questões. Para cada um desses itens efetivamente fazer parte de uma edição do exame, há um longo processo de treinamento, elaboração, revisão e testagem.

Atualmente, o INEP faz uma chamada pública para credenciamento de elaboradores e revisores de itens, selecionando professores efetivos que atuam no ensino público, básico ou superior, das esferas municipal, estadual ou federal, em todas as disciplinas que formam as quatro áreas de conhecimento avaliadas no ENEM. Esses colaboradores passam por uma capacitação técnica, recebem a encomenda e constroem os itens com a revisão e a colaboração de colegas professores da equipe. As questões elaboradas e revisadas entram, então, para o Banco Nacional de Itens. Em seguida, elas seguem para a montagem de pré-testes, quando são aplicadas a alunos do final do Ensino Médio e/ou do início do Ensino Superior – público semelhante ao que presta o ENEM – e submetidas à análise psicométrica para a classificação delas por nível de dificuldade. Por fim, os itens pré-testados estão aptos a comporem as provas.

Em relação especificamente à presença da Sociologia no ENEM, ela aparece tal qual é ensinada no Ensino Médio, contemplando, portanto, também Antropologia e Ciência Política. Seu conhecimento prévio ou, como chamado por Cerri (2004), elemento decisivo cobrado na prova são os temas, os conceitos e as teorias das Ciências Sociais,

os três recortes apontados pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) como possíveis ao ensino da disciplina na Educação Básica. No entanto, diferentemente dos vestibulares próprios das universidades, no edital do ENEM não são previstos os conteúdos de cada disciplina das Ciências Humanas. Acima de tudo, esse exame busca avaliar competências e habilidades por áreas de conhecimento. As seis competências, entre as quais “compreender os elementos culturais que constituem as identidades”, e as trinta habilidades associadas a elas, como “analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder”, comuns à área de Ciências Humanas, delimitam um conjunto possível de objetos de conhecimento disponíveis na matriz de referência (INEP, 2009).

Interessadas na temática, determinadas pesquisas (BARBOSA; MARTINS, 2015; FRAGA; MATIOLLI, 2015a; 2015b; MOURA, 2018; RIBEIRO, 2020; SOUZA, 2017) investigaram a presença dos conhecimentos de Sociologia no ENEM, cobrindo, em conjunto, o período de 2009 a 2018. Debruçaram-se sobre os editais e as provas e tiveram entre seus objetivos compreender as formas pelas quais a Sociologia é cobrada, suas contribuições para a redação e de que maneira isso impacta o ensino. Apesar de algumas divergências entre esses autores e autoras, concluíram que o lugar ocupado por essa disciplina é mais o de ser pano de fundo de questões de humanas do que o de exigir um conhecimento prévio de seus conceitos, temas e teorias. Segundo essas análises, a Sociologia marca presença de três formas distintas e simultâneas na parte objetiva do exame: contextualizando questões das outras disciplinas de Ciências Humanas; de maneira interdisciplinar, quando a resolução de uma questão depende da interseção entre a Sociologia e, pelo menos, mais uma disciplina; e em questões que apresentam um texto de cunho sociológico a ser interpretado.

Devido às especificidades da redação do ENEM, cujas características são apresentar sempre temática ligada a algum problema brasileiro e requisitar do candidato a indicação de propostas de intervenção, esse conjunto de pesquisas atribuiu contribuições importantes à Sociologia. Nessa produção textual, ela pode colaborar para a interdisciplinaridade, citando autores e conceitos; fugir do senso comum, valendo-se da imaginação sociológica (MILLS, 1975) e, portanto, de uma preocupação com a influência dos condicionamentos sociais; esclarecer o que são e como não desrespeitar os direitos humanos; discutir de maneira aprofundada temas de ordem social, cultural ou política; e cumprir as três etapas lógicas esperadas: problema, causas e soluções. Por fim, entre os efeitos da presença da disciplina no exame estão a criação de uma demanda de preparação para as provas que até então não fazia parte diretamente do trabalho dos professores, a conformação do currículo e a modificação, em parte, das aulas, já que a sucessão de provas passa a marcar, na prática, os conteúdos que costumam ser cobrados e que, portanto, devem ser incorporados ao ensino.

Este artigo propõe uma nova direção de análise. Em vez de partir das provas em si ou de seus efeitos sobre a prática docente, caminhos seguidos pela literatura acadêmica produzida sobre o tema, busca-se identificar no ENEM os traços de uma mudança no contexto político nacional: a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República em 2018. Nesse sentido, o objetivo geral deste texto é analisar os impactos do governo Bolsonaro no processo de elaboração e aplicação do ENEM. No início de seu mandato, mais especificamente em março de 2019, o INEP criou uma comissão externa verificadora dos itens desse exame, a qual inspecionou as questões existentes no Banco Nacional de Itens e recomendou, por motivos supostamente

técnicos, aquelas que não deveriam ser utilizadas nas provas daquele ano. Também não houve permissão para o aproveitamento de tais questões nas edições seguintes. Sendo assim, o primeiro objetivo específico desta pesquisa é examinar o relatório da comissão verificadora dos itens do ENEM, com o intuito de entender o trabalho realizado e os critérios para aprovar ou reprovar questões.

Diante dos discursos do presidente de que determinados conteúdos e enfoques não seriam mais vistos no exame e das ações concretas nessa direção, como a criação da comissão verificadora de questões, torna-se necessária uma investigação cuidadosa das provas do ENEM aplicadas nos anos de 2019, 2020 e 2021. Dessa forma, o segundo objetivo específico deste artigo é analisar as provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias dessas três edições, considerando a primeira aplicação, a segunda aplicação (ENEM PPL) e a versão digital, a fim de verificar as consequências do trabalho da comissão para as Ciências Humanas e a Sociologia no exame. Com esse intuito, compararam-se as características identificadas nessas provas recentes às perceptíveis na série histórica já estudada por um conjunto de pesquisas, quando não havia interferência externa na avaliação. Para cumprir esses objetivos, a metodologia utilizada é a análise documental, cujos procedimentos são explicitados nas próximas seções.

### **Censura no ENEM: o Relatório da Comissão Verificadora de Itens**

Na edição de 2018 do ENEM, aplicada no mês de novembro, a prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias continha uma questão sobre o Pajubá, dialeto que seria específico das populações LGBTQIAP+. Exigia-se do candidato não obviamente que conhecesse o Pajubá, o exemplo trazido no texto-base com o qual o item se iniciava, mas que fosse capaz de reconhecer qual a característica necessária para que o patrimônio linguístico de um grupo social possa ser considerado um dialeto. A existência dessa questão levou o presidente Jair Bolsonaro, naquele momento recém-eleito, a se manifestar sobre o exame dias antes das provas de Matemática e Ciências da Natureza. Em sua opinião, esse item “não mede conhecimento nenhum” (NÃO..., 2018) e o ENEM deve tratar sobre “o que interessa” (BOLSONARO..., 2018). Segundo ele, determinados conteúdos, então, não seriam mais cobrados, pois “vai tomar conhecimento da prova antes” (MATOSO, 2018).

Essa fala ressoava outros arroubos discursivos do presidente, como os que acusavam professoras e professores de doutrinarem alunas e alunos da Educação Básica em comunismo e “ideologia de gênero” ou ainda aqueles que caracterizavam as universidades públicas do país como lugares pouco afeitos ao ensino e à pesquisa, mas ligados ao que, posteriormente, um de seus ministros da Educação classificou como “balbúrdia” (PEREIRA, 2019), para justificar o corte de verbas em algumas instituições de Ensino Superior, e não em todas. Por outro lado, a fala estava articulada também a bandeiras educacionais específicas defendidas por grupos que apoiavam o governo, cujo objetivo era o aumento do policiamento da atividade docente, como o Escola Sem Partido,<sup>3</sup> a difusão de escolas militares e a privatização da Educação Superior, em particular, com o uso de vouchers.

<sup>3</sup> Movimento criado em 2004 que, segundo análise de Penna (2017), desqualifica os docentes, exclui a liberdade de expressão deles, defende que os professores devem apenas transmitir conhecimento supostamente neutro, sem mobilizar valores ou discutir a realidade do aluno, entende a educação como uma relação de consumo e considera existir um poder total dos pais sobre os filhos.

Esse posicionamento começou a se materializar já no início do mandato de Bolsonaro, quando, a seu pedido, o INEP instalou uma comissão externa para avaliar as questões disponíveis no Banco Nacional de Itens, a serem usadas no ENEM 2019. Para examinar essa iniciativa, a metodologia empregada nesta pesquisa foi a análise documental. Reuniram-se os documentos oficiais relacionados a tal processo de avaliação: portaria de criação da comissão, relatório com o método escolhido na inspeção das questões, parecer com a conclusão dos trabalhos e nota técnica do INEP. Esse conjunto de fontes possibilitou compreender a composição da comissão, o cronograma, as etapas e os procedimentos adotados por ela, bem como o número de itens eliminados e as justificativas apresentadas. Foram utilizadas, ainda, mídias jornalísticas. Os sites de notícias e as revistas citadas permitiram referenciar frases, concepções e ações de agentes do governo Bolsonaro, além de considerar denúncias e o contra parecer de servidores do INEP.

Tal comissão externa foi constituída pela Portaria n. 244, de 19 de março de 2019, almejando “realizar leitura transversal dos itens” (Art. 1º), a qual foi definida como “uma etapa técnica de revisão de itens, cujo objetivo é verificar a sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame” (§1º). Segundo a Portaria, a comissão seria formada por dois representantes do MEC, Marco Antônio Faria (Secretário de Regulação e Supervisão do Ensino Superior) e Antonio Maurício Neves (Diretor de estudos educacionais do INEP), e por um representante da sociedade civil, Gilberto de Oliveira (Procurador de Justiça de Santa Catarina) (Art. 2º), competindo a ela “recomendar a não utilização de itens na montagem do exame, mediante justificativa” (Art. 3º) (INEP, 2019a, p. 41).

A comissão iniciou o trabalho em 20 de março de 2019 e o concluiu no dia 29 daquele mesmo mês, cujos resultados não foram tornados públicos, inclusive tendo seus membros assinado um termo de confidencialidade e sigilo. Quase nove meses depois, em 13 de dezembro de 2019, após as provas do ENEM daquele ano terem sido realizadas, o INEP informou apenas que a comissão desaconselhou o uso de 66 itens (INEP, 2019b). Não foram divulgadas que questões eram essas e as justificativas para elas terem sido consideradas inadequadas. Tais informações tornaram-se parcialmente conhecidas apenas em fevereiro de 2021, quando o INEP precisou atender ao pedido da Câmara dos Deputados para que os pareceres da comissão avaliadora de itens fossem enviados ao Congresso (BRASIL, 2020).

Essa solicitação foi realizada por um grupo de deputados federais que, em 7 de dezembro de 2020, apresentou o Requerimento de Informação n. 1.607, para que o ministro da Educação, Milton Ribeiro, prestasse esclarecimentos tanto sobre as medidas de acesso e de segurança sanitária para aplicação do ENEM 2020, o qual seria, devido à pandemia de Covid-19, aplicado apenas em janeiro de 2021, quanto a respeito da comissão que analisou as questões do Banco Nacional de Itens antes da montagem do ENEM 2019. Em relação a essa segunda demanda, o requerimento estipulou o seguinte:

A respeito do ENEM 2019 e de Comissão, estabelecida por meio da Portaria nº 244, de 19 de março de 2019, requer-se: a. atas de reuniões e decisões realizadas por Comissão de “leitura transversal” das questões que compunham o Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio; b. íntegra das questões desaconselhadas pela Comissão; c. a respeito de cada questão desaconselhada, decisão do INEP sobre seu acatamento (BRASIL, 2020, p. 1-2).

Tal requerimento foi remetido, em 6 de janeiro de 2021, ao ministro da Educação, com prazo para envio das informações até 5 de fevereiro. A resposta foi recebida nesta última data, no limite estabelecido, por meio do Ofício n. 105 (BRASIL, 2021). O documento com 67 páginas é formado por nove anexos, nos quais o INEP prestou esclarecimentos sobre os dois temas requisitados pela Câmara. Em relação aos objetivos deste artigo, os anexos relevantes são: “Nota técnica n. 52/2020/CGEC/DAEB” (2 páginas), “Relatório de conclusão dos trabalhos da comissão externa de leitura de itens – ENEM 2019” (3 páginas) e “Parecer da comissão externa de leitura transversal de itens do Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - 2019)” (3 páginas).

A Nota técnica n. 52 informou que nenhuma questão foi excluída do Banco Nacional de Itens, já que a comissão era consultiva, e não deliberativa. No entanto, mesmo permanecendo no banco, um conjunto de 66 questões não foi recomendado e, portanto, ficou de fora da montagem da edição do ENEM 2019 e também 2020 e 2021. O documento buscou responder aos três itens do requerimento. Afirmou que, quanto ao item “a”, o INEP enviou anexadas as atas e decisões da comissão. Em relação ao item “b”, argumentou que a Controladoria-Geral da União, em análise correlata, entendeu que a divulgação dos documentos solicitados poderia causar prejuízos. Sendo assim, não disponibilizou a íntegra das questões desaconselhadas pela comissão (BRASIL, 2021). Por fim, no que diz respeito ao item “c”, a Portaria n. 244/2019 estabeleceu que o diretor da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB/INEP), ouvida a equipe técnica, emitiria contra parecer para cada um dos itens não recomendados e que o presidente do INEP proferiria decisão final sobre a inutilização do item, quando os pareceres fossem opostos. O MEC informou que tal decisão não foi tomada pelo presidente do INEP.

Segundo o relatório da comissão externa de avaliação de itens para o ENEM 2019 (BRASIL, 2021), houve reuniões preparatórias que apresentaram a história, os objetivos e a metodologia do exame. Os avaliadores analisaram tanto itens já pré-testados, prontos para irem às provas, quanto itens novos, das quatro áreas de conhecimento. Por solicitação dos três integrantes, o trabalho foi organizado da seguinte forma: ficaram sozinhos na sala, sem a presença de membros da Coordenação-Geral de Exames para Certificação (CGEC)/Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), dividiram cada caderno de itens em três partes (cada membro leu uma), debateram aquelas questões que um deles julgou pela não manutenção, registraram diretamente no item, nos primeiros dias à mão, “manter” ou “não manter”, e, nos seguintes, com um carimbo, a marcação “sim” ou “não”, e, por fim, redigiram justificativas com a razão de cada questão não ter sido recomendada.

O parecer da comissão, enviado pelo MEC como resposta ao requerimento da Câmara dos Deputados, apresenta apenas o número de itens não mantidos por área e as justificativas. Não foram divulgados a quantidade total de itens, o percentual de questões não recomendado, o número de cada item e a habilidade mobilizada na questão. Essas ausências de informações limitam a compreensão sobre o trabalho e as conclusões da comissão, mas não impedem que algumas constatações sejam feitas. Em relação à quantidade, foram 66 itens desaconselhados. Como pode ser observado na tabela 1, Ciências Humanas e suas Tecnologias (44,0%) e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (42,4%) tiveram mais questões não recomendadas. Já as áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (7,6%) e Matemática e suas Tecnologias (6,0%) também foram afetadas, ainda que muito menos do que as outras duas.

**Tabela 1** - Número de itens não recomendados pela comissão externa verificadora de questões – ENEM 2019

Área	Itens Pré-Testados	Itens Novos	Total	Percentual
Matemática e suas Tecnologias	2	2	4	6,0%
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1	4	5	7,6%
Linguagens, códigos e suas Tecnologias	4	24	28	42,4%
Ciências Humanas e suas Tecnologias	11	18	29	44,0%
Total	18	48	66	100%

**Fonte:** Elaboração própria com base em “Parecer da comissão externa de leitura transversal de itens do Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM-2019)” (BRASIL, 2021).

Cada item não recomendado recebeu da comissão uma explicação, cuja forma, após deliberação de seus integrantes, foi estabelecida consensualmente como sintética. Analisando o documento, observa-se que as justificativas de 12 itens novos não mantidos de Linguagens e de 18 itens novos não mantidos de Ciências Humanas não foram encaminhadas na resposta do MEC à Câmara dos Deputados. Esses dados estariam nas duas últimas páginas do parecer, mas apenas as três primeiras foram anexadas, não se sabe se por erro ou de forma intencional. Recorrendo à Lei de Acesso à Informação,<sup>4</sup> solicitamos ao INEP, em maio de 2021, a parte faltante, e ela nos foi enviada após algumas semanas. Na tabela 2, são listados, para cada uma das quatro áreas de conhecimento, todos esses motivos indicados no parecer, sendo que alguns deles foram a razão de impedimento de mais de uma questão.

**Tabela 2** - Justificativas para a não recomendação de itens pela Comissão Externa Verificadora de Questões – ENEM 2019

Área	Justificativas
Matemática e suas Tecnologias	Leitura direcionada da história / Direcionamento do pensamento Gera polêmica desnecessária / Induz o jovem à infração da lei Gera polêmica desnecessária em relação à ideia de casal Gera polêmica desnecessária a favor da não redução da maioria penal
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Gera polêmica desnecessária / Direcionamento do controle de saúde Gera polêmica desnecessária / Induz o jovem a comportamento antissocial Gera polêmica desnecessária em relação à produção no campo Gera polêmica desnecessária em relação ao sistema penal
Linguagens, códigos e suas Tecnologias	Repetida Leitura direcionada da história / Direcionamento do pensamento Gera polêmica desnecessária Fere sentimento religioso Fere sentimento religioso / Ofensivo à força policial baiana Leitura direcionada da história / Sugere-se substituir ditadura por regime militar Descontextualização histórica do texto / Distorção do papel da mulher Fere sentimento religioso e a liberdade de crença Erro de digitação / Sugere-se revisão Gera polêmica desnecessária / Ofende a força pública de modo geral Descontextualização histórica do texto Gera polêmica desnecessária / Linguagem ofensiva Gera polêmica desnecessária / Linguagem ambígua

<sup>4</sup> A Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o direito constitucional de qualquer cidadão ter acesso às informações públicas, devendo ser atendido nas demandas que solicitar, seja na esfera municipal, estadual ou federal (BRASIL, 2011).

Ciências Humanas e suas Tecnologias	Leitura direcionada da história / Direcionamento do pensamento Gera polêmica desnecessária Leitura direcionada do contexto geopolítico / Direcionamento do pensamento Leitura direcionada da história / Interferência desnecessária na soberania de outro país Leitura direcionada da ética Leitura direcionada da geografia / história Leitura direcionada da política Leitura direcionada da história Descontextualização histórica do texto / Leitura orientada Gera polêmica desnecessária / Interferência na soberania de outro país Leitura direcionada da história / Ofensa aos sentimentos religiosos
-------------------------------------	---

**Fonte:** Elaboração própria com base em “Parecer da comissão externa de leitura transversal de itens do Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM-2019)”. Versão completa adquirida pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2021).

Quando se analisa o parecer completo, um primeiro elemento que chama atenção é esse trabalho da comissão ser considerado, pela Portaria n. 244/2019 do INEP, como “uma etapa técnica de revisão de itens”. Ao contrário disso, menos de 5% das questões não recomendadas correspondem a justificativas técnicas, como “repetida” e “erro de digitação”. Segundo a Portaria, a leitura transversal da comissão deveria obedecer à matriz de referência que orienta o exame, na qual estão indicados as competências, as habilidades e os objetos de conhecimento passíveis de serem cobrados. No entanto, mesmo sendo essa outra possível fonte de problemas técnicos, caso algum item desrespeitasse à matriz, nenhuma das justificativas da comissão foi nesse sentido. Somente a divulgação da íntegra das questões permitiria uma análise aprofundada, mas os motivos “gera polêmica desnecessária”, “direcionamento do pensamento” e “leitura direcionada da história/geografia/política...”, responsáveis por mais de 75% dos itens vetados, assim como as demais justificativas, têm cunho ideológico.

Internamente ao INEP, a DAEB capacita professores da Educação Básica e do Ensino Superior de cada disciplina, inscritos no edital de seleção, como elaboradores e revisores de itens. Dessa forma, cada questão, para chegar ao ENEM, passa por um longo caminho e rigoroso processo no qual especialistas daquela área de conhecimento, revisores e técnicos da DAEB trabalham juntos para elaborar, criticar, sugerir alterações, modificar, até que o item esteja finalizado. É no trabalho colaborativo no interior das áreas que questões supostamente “polêmicas”, com interpretações consensuais ou divergentes, podem ser debatidas com maior propriedade e configuradas da melhor forma possível, pois é nele que há acúmulo para um debate qualificado em termos teóricos, empíricos, pedagógicos e bibliográficos. Nesse sentido, a decisão, por exemplo, de chamar um período histórico de “ditadura”, “regime”, “golpe” ou “revolução” deveria ser dos historiadores elaboradores e revisores do item, e não de membros externos não especializados em Ciências Humanas.

Além disso, a ideia de iniciar com um texto-base de algum autor ou autora, antes de apresentar o enunciado e o comando da questão, é justamente reconhecer que se trata de uma das interpretações possíveis para um tema. Sobretudo em Ciências Humanas e Linguagem, daí serem as áreas com maior percentual de questões excluídas, há diferentes visões e leituras fundamentadas da realidade. Ao aceitar as recomendações da comissão e impedir que algumas dessas interpretações chegassem às provas, o próprio ENEM acabou “direcionando o pensamento”, pois impossibilitou que os candidatos refletissem acerca de determinadas visões contrárias às defendidas pelo

presidente Bolsonaro. Entre elas, por exemplo, sobre a definição de casal, o papel da mulher, as questões de gênero, sexualidade e raciais, a redução da maioria penal, a produção no campo, a política externa, o sistema penal, a força policial, a ditadura e a dimensão religiosa, como consta nas justificativas da comissão. Todas essas temáticas, caras ao governo, não à toa foram justamente as censuradas do Banco Nacional de Itens.

As vésperas da aplicação de mais uma edição do ENEM, em novembro de 2021, as tentativas de interferir no exame apareceram na fala de Bolsonaro de que as questões começaram a ter a “cara do governo” (MAZUI; KLAVA, 2021), na tentativa frustrada do MEC de incluir professores afinados ideologicamente ao presidente, por fora do edital público de seleção de colaboradores, para escolher as questões da prova (CAFARDO; KER, 2021) e na denúncia de dezenas de servidores do INEP que pediram exoneração de suas funções, alegando pressão ideológica e intimidação para que não incluíssem itens que pudessem desagradar ao governo, havendo, portanto, segundo eles, tentativas de interferência no conteúdo das provas e proibição de determinados temas e pautas (TENENTE, 2021). Os técnicos do INEP informaram que Bolsonaro pediu ao ministro da Educação para que trocasse “golpe de 1964” por “revolução” em questões (SALDAÑA, 2021). Dessa forma, tiveram que lidar, de um lado, com essas pressões e, de outro, com a necessidade de coerência estatística da prova e de respeito à matriz de referência do ENEM, na qual são objetos de conhecimento previstos, por exemplo, “a luta dos negros no Brasil”, “políticas afirmativas” e “ditaduras na América Latina”.

Os servidores responsáveis pelo exame, após os resultados do trabalho da comissão verificadora de itens em 2019, que vetou 66 questões, prepararam um contra parecer argumentando pela reabilitação ou reconsideração de 38 delas, até o final do governo Bolsonaro não avaliado pelo INEP. A revista Piauí teve acesso a esse documento que, se não revela a íntegra das perguntas, fornece mais elementos sobre elas.<sup>5</sup> Segundo a publicação (MAZZA, 2021), determinado item de Ciências da Natureza, com uma charge sobre a produção de milho transgênicos, foi rejeitado, já que a comissão considerou que ele “gera polêmica desnecessária em relação à produção no campo”. Quanto ao sistema penal, foi excluída, por exemplo, uma questão dessa mesma área de conhecimento que afirma que a hanseníase tende a se espalhar com facilidade no Brasil em razão da superlotação e das condições em que vivem os presos, também sob a justificativa de que “gera polêmica desnecessária”.

Em relação ao debate racial, uma pergunta sobre a abolição da escravatura e a persistência da situação precária dos pobres negros no Brasil teve o mesmo fim que as anteriores, por uma suposta “descontextualização histórica do texto”. Já no que tange à dimensão religiosa, há um item com uma charge que mostra uma pessoa no confessionário de uma igreja dizendo que pecou, e o padre, acessando uma rede social, responde que já sabia. Ainda que fosse centralmente sobre exposição na internet, a comissão o retirou alegando que “fere sentimento religioso”. Mesmo motivo usado para reprovar a questão em que uma poesia de Manoel de Barros faz alusão à bíblia. Além disso, sobre armas de fogo, foi considerado “polêmica desnecessária” um item de Linguagens no qual se aborda o caso de um menino de cinco anos que disparou acidentalmente um fuzil que tinha em casa, matando sua irmã mais nova (MAZZA, 2021).

---

<sup>5</sup> Não conseguimos acesso direto a esse relatório interno com o contra parecer dos servidores do INEP, até hoje sem divulgação pública. Como as questões não foram disponibilizadas na íntegra e nem eliminadas de forma permanente do Banco Nacional de Itens, há ainda a possibilidade de aparecerem futuramente no ENEM, mesmo que com reformulações, sendo do interesse do MEC manter, dentro do possível, o sigilo sobre elas.

No que diz respeito ao gênero e à sexualidade, uma das questões suprimidas, mais uma vez sob a justificativa de que “gera polêmica desnecessária”, apresenta uma tirinha de Mafalda, criada pelo cartunista Quino, na qual a menina conversa com a mãe sobre a vida desta e o futuro daquela, provavelmente incomodando a comissão por possibilitar uma interpretação feminista. Da mesma forma, foi excluído da prova de Ciências Humanas o item que apresentava uma charge da cartunista Laerte refletindo acerca do reconhecimento à diversidade na sociedade contemporânea, classificado pela comissão como “leitura direcionada da história/direcionamento do pensamento”. Já em Ciências da Natureza uma pergunta a respeito de a camisinha ser o meio de prevenção mais barato e eficaz contra a Aids foi considerada como “gera polêmica desnecessária/direcionamento do controle de saúde”. Houve ainda uma questão barrada sobre a manifestação da Marcha das Vadias, porque, na concepção do trio avaliador, também “gera polêmica desnecessária” (MAZZA, 2021).

Outros itens, no total de seis, foram censurados por se referirem à ditadura militar. Com a justificativa de “descontextualização histórica do texto”, a comissão recusou a questão que citava um poema de Ferreira Gullar acerca da violência e das prisões políticas após o golpe de 1964. Mesmo motivo alegado para descartar uma pergunta sobre o poema de Paulo Leminski a respeito da ditadura. Mudando a razão para “leitura direcionada da história/sugere-se substituir ditadura por regime militar”, o item com uma letra de música de Chico Buarque sobre essa mesma temática foi retirado (MAZZA, 2021). Essas informações do contra parecer, portanto, não deixam dúvida de que muitas das justificativas usadas para impedir que essas questões chegassem à prova são ideológicas, e não técnicas, buscando retirar do ENEM toda interpretação que colidisse com as visões de mundo do governo, bem como qualquer temática sobre a qual não fosse do interesse dele fomentar debate público.

### **ENEM Com a Cara do Governo? Os Itens das Provas de Ciências Humanas (2019 a 2021)**

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro dizer que o ENEM, a partir de 2021, começaria a “ter a cara do seu governo” (MAZUI; KLAVA, 2021), ficaram perceptíveis os obstáculos enfrentados para realizar efetivamente uma intervenção na elaboração da prova, os quais limitaram as possibilidades de ingerência no exame, ainda que não a tenham impedido. Nesta seção, dando continuidade à análise documental, cabe, então, estudar os impactos do trabalho da comissão avaliadora de itens sobre os conteúdos e enfoques presentes nas questões selecionadas para as edições de 2019, 2020 e 2021 do ENEM, justamente as três primeiras compreendidas no mandato de Bolsonaro. Quais os temas mais frequentes nos últimos anos? Alteraram-se em relação às provas anteriores? Quais as mudanças e continuidades verificadas?

Sendo a área de conhecimento com mais itens censurados, o foco desta investigação foram os cadernos de Ciências Humanas e suas Tecnologias e, em particular, as questões identificadas pela pesquisa como referentes ao conteúdo de Sociologia, contemplando tanto itens específicos da disciplina quanto aqueles com viés interdisciplinar. Compuseram o corpus analítico as sete provas de 2019 a 2021: três de primeira aplicação, três de segunda aplicação ou para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL) e ainda a edição digital de 2020, ano em que foi realizada pela primeira vez, com prova diferente da primeira aplicação. O mesmo não ocorreu em 2021, quando as duas modalidades foram iguais.

A escolha por questões referentes à Sociologia justifica-se por alguns motivos. O primeiro deles é o acúmulo recente de estudos que abordam a cobrança dos conteúdos da disciplina no exame. Talvez, por ter sido incluída de maneira obrigatória apenas recentemente (pouco mais de dez anos), não somente no Ensino Médio, mas também no ENEM, pesquisadores da área realizaram um esforço para compreender sua presença nas questões (BARBOSA; MARTINS, 2015; FRAGA; MATIOLLI, 2015a; 2015b; MOURA, 2018; RIBEIRO, 2020; SOUZA, 2017). Esses estudos, em conjunto, permitem a esta pesquisa tanto ter um panorama das Ciências Humanas e da Sociologia, conforme foram cobradas no exame de 2009 a 2018, quanto obter um ponto de comparação em relação ao observado nas provas aplicadas no governo Bolsonaro.

O segundo motivo é que a Sociologia pode ser um caso bom para pensar. Isto é, não se pretende, a partir do recorte realizado, extrair generalizações que se apliquem a todas as áreas de conhecimento do ENEM. A intenção é, antes de tudo, levantar questões específicas aos itens que envolvem a Sociologia para, a partir delas, iluminar um debate mais amplo, com algum rigor e critérios analíticos claros, seja para buscar regularidades entre todas as áreas, seja para elencar diferenças e especificar as peculiaridades entre elas. Por fim, mas não menos importante, o terceiro motivo é que, conforme visto anteriormente, as temáticas de grande parte das questões de Ciências Humanas vetadas pela comissão avaliadora de itens, como desigualdades de classe, de gênero e raciais, sexualidade e movimentos sociais, são, sobretudo, caras à Sociologia, impactando-a.

Um último esclarecimento diz respeito ao que foi considerado como conteúdo de Sociologia abordado nas provas. As pesquisas consultadas (BARBOSA; MARTINS, 2015; FRAGA; MATIOLLI, 2015a; 2015b; MOURA, 2018; RIBEIRO, 2020, SOUZA, 2017) valeram-se de critérios diferentes. Tornou-se necessário, desse modo, estabelecer quais seriam os parâmetros ora selecionados para fazer a categorização das questões de 2019 a 2021. Para isso, utilizaram-se os cinco livros didáticos de Sociologia (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016; BOMENY *et al.*, 2016; MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016; OLIVEIRA; COSTA, 2016; SILVA *et al.*, 2016) aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 (BRASIL, 2017). Neles, pode-se observar o que se pratica, em geral, como Sociologia no Ensino Médio. Esse conjunto de referências nos fornece uma rica e ampla cartografia de temas e abordagens possível de ser ensinada e cobrada pela disciplina.

Com relação à interdisciplinaridade, definiram-se, a partir de Fraga e Matioli (2015a), como questões interdisciplinares aquelas que podem ser resolvidas acionando, ao mesmo tempo, conhecimentos de diferentes disciplinas, algo frequente nos itens da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias do ENEM<sup>6</sup>. Para identificar os possíveis conteúdos de História, Filosofia e Geografia, foram consultadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Ciências Humanas e suas Tecnologias (BRASIL, 2006). Isso posto, não se buscou, na análise, elaborar uma tipologia precisa e definitiva para as questões do ENEM, mas contemplar a própria perspectiva interdisciplinar do exame, fugindo de disputas disciplinares bastante comuns no cotidiano escolar.

Consideraram-se interdisciplinares temas como fordismo/taylorismo, Revolução Industrial, cidadania na Grécia Antiga, pensadores contratualistas, meio ambiente, globalização e formação do Estado brasileiro. Um exemplo pontual são itens que, de

---

<sup>6</sup> Questões passíveis de serem respondidas articulando conhecimento das quatro disciplinas (Sociologia, Filosofia, Geografia e História) são aquelas que envolvem, por exemplo, temáticas sobre sociabilidade e/ou tecnologia no mundo contemporâneo. Os itens 78, 80 e 87 do caderno azul da prova Digital de 2020 podem ser assim considerados.

diversas maneiras, abordam conhecimentos pertinentes às populações indígenas, podendo estar articulados com temas como meio ambiente, movimentos sociais e cultura popular/saberes tradicionais. Outro exemplo é a questão 42 do caderno azul de Humanas de 2015, a qual traz o tema de gênero, com um texto de Simone de Beauvoir e o seguinte enunciado: “Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)”. Tal item poderia ser resolvido mobilizando conhecimentos de Sociologia, História ou Filosofia. Esses casos dificilmente foram categorizados como referentes a uma única disciplina.

Além da análise das provas, foi consultada a classificação realizada por aquele conjunto de pesquisas sobre a temática em tela. Essas produções, de modo geral, trabalharam apenas com as provas de primeira aplicação do ENEM de 2009 a 2018, desconsiderando a edição PPL. Nesse sentido, este artigo faz o mesmo para esse período. Colocadas essas dimensões metodológicas, a primeira informação que se pode extrair é a quantidade de questões de Sociologia no exame, tendo em vista o quanto seus temas podem ser mais sensíveis à equipe ideológica do governo. Com relação a isso, na série histórica construída por esta pesquisa (2009 a 2021), não há um padrão que se destaque no número de itens, como visto na tabela 3.

**Tabela 3** - Quantidade de questões com a presença da Sociologia, de forma disciplinar ou interdisciplinar, por edição do ENEM (2009-2021)

Ano	Total	Interdisciplinar	Sociologia
2009	10	7	3
2010	12	8	4
2011	14	9	5
2012	17	12	5
2013	20	15	5
2014	13	8	5
2015	18	10	8
2016	22	16	6
2017	18	13	5
2018	10	5	5
2019	20	19	1
2019 – 2ª aplicação	17	12	5
2020	13	10	3
2020 – 2ª aplicação	17	13	4
2020 – Digital	19	15	4
2021	20	11	9
2021 – 2ª aplicação	14	13	1

**Fonte:** Elaboração própria com base nas provas de Ciências Humanas do ENEM de 2009 a 2021 e nas pesquisas que realizaram uma classificação.

As provas de 2009 e 2018 apresentaram a menor presença de Sociologia, com o total de 10 questões em cada, enquanto a de 2016 teve a maior participação, com 22 itens. A média para o período de 2009 a 2018 foi de 15,4 questões por exame. Já nas edições aplicadas durante o governo Bolsonaro, de 2019 a 2021, a variação da Sociologia foi de 13 a 20 itens, com uma média de 17,1 questões por prova, ou seja, até maior do que a do intervalo anterior. Além disso, a primeira aplicação de 2021 teve a mais elevada presença da Sociologia de forma específica, e não interdisciplinar, com 9 questões. Em geral, a tabela mostra um crescimento inicial da disciplina entre os anos de 2009 e 2013, seguido por um período de oscilação, o qual se repete no intervalo de 2019 a 2021.

Quanto aos conteúdos que apareceram nas provas, há uma pequena variação com relação aos anos anteriores, e não uma transformação tão contundente ou que vá caracterizar uma cara de governo para o exame. Nos temas sociológicos mais recorrentes do ENEM, entre 2009 e 2018 (apenas nas edições de primeira aplicação), destacam-se a globalização e o mundo do trabalho, seguidos dos itens de cultura, política/cidadania e movimentos sociais. Evidencia-se a presença da globalização não como tema predominante, mas como conteúdo transversal que aparece nos debates sobre o mundo do trabalho, meio ambiente, movimentos sociais, entre outros, a partir dos impactos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, e das articulações transnacionais dos fenômenos descritos nas questões.

A análise dos anos de 2019 a 2021, em suas sete aplicações – 1ª, 2ª (PPL) e digital –, permite notar algumas diferenças. De um total de 120 questões em que há Sociologia, 21 versaram sobre cultura, em suas diversas dimensões: patrimônio cultural, hábitos alimentares, práticas religiosas, museus, entre outros. Tornando-a o tema mais presente, seja de modo estritamente sociológico, seja de forma interdisciplinar. Questões sobre o mundo do trabalho continuaram bastante presentes, com 16 questões no total, havendo preponderância do fenômeno da reestruturação produtiva/acumulação flexível, o que, por sua vez, se desenvolve sob o pano de fundo da globalização. Outro item predominante foi o de “teoria/conceitos” (15 questões), no qual se mobilizavam conhecimentos sobre autores específicos, em particular nas questões mais associadas à Ciência Política (Maquiavel, Hobbes, Rousseau e Tocqueville), mas também Marx e Weber. Destacaram-se, ainda, socialização, movimentos sociais, “questão urbana”, política/cidadania, gênero e raça, estando esta última concentrada nas provas de 2020, 2ª aplicação e digital.

Interessante observar que um elemento característico das edições como um todo, de 2019 a 2021, é a repetição de temas, às vezes na mesma prova. Na segunda aplicação de 2019, por exemplo, três questões abordaram as definições e a produção de “conhecimento”, enquanto na primeira aplicação de 2021 três itens enfocaram a questão urbana brasileira. Em relação a autores, em uma única prova foi citado o livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall, por duas vezes; e, em três das sete provas analisadas, apareceu o livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, duas delas para tratar da Revolta da Vacina. A repetição de autores e obras nas provas do ENEM não é novidade, pois em outros anos referências se repetiram na primeira e segunda aplicações, ou em edições seguidas; porém, esse processo parece ter se intensificado. Isso pode ser consequência do trabalho da comissão verificadora, que, ao retirar itens do banco, diminuiu as possibilidades de escolha.

Além disso, o longo processo de elaboração de questões, com normatizações internas, e a necessidade de calibragem do nível de dificuldade da prova, que os técnicos do INEP tentam com muito esforço manter, não permitem a simples troca de um item por outro, com a eliminação e a substituição daqueles que o presidente e sua equipe gostariam de censurar. Junte-se a isso a falta de renovação do Banco Nacional de Itens, em situação limite, já que nenhuma nova questão foi elaborada desde o fim do governo Michel Temer (ALFANO, 2021) – quadro agravado pela pandemia de Covid-19. Esses fatores, combinados com a pressão para que determinados temas e perspectivas não estivessem no ENEM, parecem ter tido dois impactos relevantes nas provas de Ciências Humanas realizadas durante o mandato de Bolsonaro e muito visíveis no exame de 2021.

O primeiro deles é que, ao contrário da expectativa do governo, as provas mostraram-se bastante críticas a valores e práticas compartilhadas por ele. A edição de 2021, por exemplo, alardeada como a portadora da cara do governo, trouxe uma questão muito comentada nas salas de aula e redes sociais, na qual havia um trecho da música “Admirável gado novo”, de Zé Ramalho, e a pergunta “qual comportamento coletivo é criticado no trecho da letra da canção lançada em 1979?”. Esse item reverberou por ter sido interpretado por muitos como um “recado” ou “resposta” do corpo técnico elaborador do ENEM às pressões sofridas. Além da temática política da questão e da crítica à passividade social das massas diante das condições de vida precárias, ela faz referência ao ano de 1979 (ainda no regime militar) e a sua escolha parece remeter, ambigualmente, à forma como o eleitorado mais fiel de Bolsonaro é chamado pelos opositores do presidente: gado.

Em 2021, foram cobrados, ainda, gênero, questão social e encarceramento em massa, o conceito de luta de classes (com direito a um fragmento de texto do Engels), teorias sobre ideologia e a crítica à meritocracia. Articulando esses temas aos processos anteriormente citados, parece que o feitiço da censura do presidente voltou-se contra o próprio feiticeiro. Não que necessariamente tenha havido alguma intencionalidade na seleção dessas questões, no sentido de expressar uma manifestação por parte dos elaboradores ou servidores do INEP contra Bolsonaro – até porque o processo de escolha dos itens é complexo e relativamente imune a veleidades pessoais. No entanto, a censura a algumas questões, os limites técnicos de sua produção e a não renovação do Banco Nacional de Itens provavelmente levaram a um estrangulamento de opções, a partir do qual algumas das questões mais evitadas acabaram se mostrando as únicas que atendiam aos critérios para serem contempladas no ENEM.

O segundo impacto sobre as provas de Ciências Humanas, já refletindo algum grau de intencionalidade, é que muitos temas e abordagens que poderiam desagradar ao governo, na impossibilidade de serem retirados do exame devido aos fatores já levantados, foram “escondidos” na segunda aplicação do ENEM e no ENEM digital. Enquanto a prova para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL), por exemplo, é direcionada apenas a milhares de candidatos, a primeira aplicação é realizada por milhões e, por isso, tem muito mais visibilidade e vigilância dos apoiadores do governo. Segundo denúncias de técnicos do INEP, itens foram suprimidos da versão inicial da edição de 2021, mas, em vista da escassez, tiveram de ser reintegrados para dar robustez à prova principal, além de boa parte deles ter ido compor a modalidade PPL (SALDAÑA, 2021).

Analisando as provas, esse movimento ficou evidente sobretudo nos dois últimos anos estudados. Na PPL de 2020, por exemplo, duas questões cobradas foram baseadas no pensamento de Karl Marx, além de outras sobre discriminação racial, indústria cultural, e gênero e mercado de trabalho. Já no exame Digital, um item teve como texto motivador um fragmento de Florestan Fernandes que começa com “O jovem que nasceu e cresceu sob a ditadura perdeu muitos contatos com a realidade e com a história como processo vivo”. Na PPL de 2021, apareceram temas como movimentos por direitos civis nos EUA (e sua dimensão racial), o conceito de alienação, reestruturação produtiva e História da África. Isso significa que, apesar de as provas manterem, em algum grau, abordagens e temáticas que se chocaram com valores e ideias defendidos pelo governo, esse processo invisibilizador de terem sido transportados itens para o ENEM PPL privou grande parte dos estudantes do contato com perspectivas diversas.

Por fim, no caso específico das redações, é preciso destacar que, pela data de acesso aos textos de apoio, as propostas das duas provas de 2021 foram elaboradas naquele mesmo ano. A da primeira aplicação foi “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil” e a da segunda “Reconhecimento da contribuição das mulheres nas ciências da saúde no Brasil”. Temas, portanto, que estimularam reflexões sobre cidadania e gênero, com possíveis contribuições da Sociologia escolar. Por outro lado, chama atenção o tema de redação do ENEM PPL de 2020: “A falta de empatia nas relações sociais no Brasil”. Os dois primeiros textos de apoio tratam da empatia em si, já o terceiro deixa subentendida a relação entre a falta de empatia e os casos de “crime de ódio” no país, entre os quais o feminicídio, o racismo, a homofobia e a intolerância religiosa. Na proposta, a razão para a realização desses crimes seria tão simplesmente a “falta de empatia”, e não processos políticos e estruturais de longo termo que têm como base opressão e violência sistemáticas, havendo muito mais diálogo com o senso comum do que com a Sociologia. Isso indica, então, as contradições de um ENEM marcado por pressões e por disputas de interpretações, inclusive não científicas, sobre os fenômenos sociais.

## Conclusão

Por ser a principal porta de entrada para as universidades públicas e permitir observar, em parte, os resultados da formação recebida pelos estudantes da Educação Básica, o Exame Nacional do Ensino Médio ocupa um papel muito importante no cenário educacional brasileiro. A formulação de suas provas passa por um longo processo técnico de elaboração, revisão e testagem de questões, do qual fazem parte professores selecionados por edital e servidores do INEP, garantindo tanto o respeito às matrizes de referência e aos demais documentos orientadores quanto a manutenção de um mesmo nível de dificuldade do exame ao longo do tempo. Todavia, no governo Bolsonaro, desde o seu início em 2019, as edições do ENEM apresentaram, pela primeira vez na sua história, a especificidade de as provas terem sido organizadas após o Banco Nacional de Itens passar por inspeção de uma comissão externa, constituída pelo INEP a pedido do presidente, a qual indicou, por motivos supostamente técnicos, a exclusão de questões.

Isso alimentou, na opinião pública, dos setores mais aos menos especializadas na temática do ensino e da avaliação da aprendizagem, e no debate político, a ideia de que o governo de Bolsonaro estaria intervindo na elaboração das provas do ENEM. Essa suspeita foi se intensificando no final de 2020, depois que um grupo de deputados federais solicitou ao Ministério da Educação informações sobre o trabalho e as conclusões da comissão externa de leitura transversal de itens, recebendo o relatório com os procedimentos adotados por ela na tarefa realizada e o parecer com o número de questões não recomendadas por área, no total de 66, e as justificativas apontadas. Além disso, esse processo ficou ainda mais evidente quando, em 2021, chegaram aos jornais denúncias de dezenas de servidores do INEP tanto sobre as pressões para não incluírem determinados temas e perspectivas que pudessem desagradar ao presidente quanto a respeito das tentativas do governo de trazer, por fora do edital de seleção, outros professores para selecionarem os itens da prova.

O acompanhamento do trabalho e dos resultados dessa comissão demonstrou que as Ciências Humanas tiveram o maior percentual entre os itens negados (44,0%), seguido de perto pelas Linguagens (42,4%), ainda que as quatro áreas de conhecimento tenham sido afetadas. Revelou também que as supostas justificativas técnicas eram, de

fato, ideológicas, já que as questões foram reprovadas, em sua grande maioria, por motivos como “gera polêmica desnecessária”, “direcionamento do pensamento” e “leitura direcionada da história/geografia/política...”. Essas justificativas e as informações de que se tem conhecimento sobre os itens vetados indicam um esforço intencional para retirar da prova ideias contrárias às defendidas por Bolsonaro. Nesse sentido, temas sensíveis ao seu governo foram justamente os censurados, tais como a dimensão religiosa, a redução da maioria penal, a política externa, a produção no campo, as questões de gênero, sexualidade e raciais, o papel da mulher, a definição de casal, a força policial, o sistema penal e a ditadura.

A análise dos cadernos de Ciências Humanas do ENEM de 2019 a 2021 apontou que a combinação entre efetiva censura pela comissão verificadora, longo processo técnico de elaboração de itens e não renovação do banco levou a alguns impactos. Entre eles, ocorreu uma leve mudança nas temáticas de Sociologia cobradas, com uma predominância maior de temas ligados à cultura, em particular os que tratavam de patrimônio histórico e práticas culturais tradicionais, ainda que mundo do trabalho, teorias e conceitos e globalização tenham se mantido bastante presentes. Pôde-se identificar também certo estrangulamento das opções de itens para a elaboração das provas, intensificando a repetição de referências nos textos motivadores, além de observar a cobrança de temáticas e abordagens contrárias às ideias defendidas pelo presidente e de constatar a tentativa de “esconder” na aplicação para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) as questões com temas que pudessem desagradá-lo.

Protegida por regulamentos, procedimentos técnicos, informações sigilosas, seleção pública de professores colaboradores, análise psicométrica para a classificação das questões por nível de dificuldade e necessidade de pré-testes, a estrutura de elaboração do ENEM é constituída como uma ferramenta educacional de Estado, e não de governo. Isso cria certa proteção limitadora de possíveis arroubos pessoais e ideológicos do chefe do Executivo no poder em determinado momento. No entanto, esses mecanismos precisam estar em constante aprimoramento, pois ainda que, até certo ponto, as tentativas de intervenção de Bolsonaro não tenham gerado os resultados esperados por ele, a censura de questões pela comissão verificadora certamente esvaziou o exame de algumas temáticas que contemplavam posições divergentes. Nesse sentido, ao “direcionar o pensamento”, impedindo que determinadas interpretações com bases científicas estivessem nas provas, o ENEM deixou de fomentar importantes debates públicos, com perdas para uma sociedade democrática.

## Referências

ALFANO, Bruno. Banco de questões do Enem, que deveria ser atualizado todo ano, não recebe novos itens no governo Bolsonaro e está perto do fim. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/banco-de-questoes-do-enem-que-deveria-ser-atualizado-todo-ano-nao-recebe-novos-itens-no-governo-bolsonaro-esta-perto-do-fim-25287735>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

BARBOSA, Nara Lima Mascarenhas; MARTINS, Rogéria. A sociologia nos vestibulares: uma análise dos conteúdos da disciplina nos processos seletivos de admissão nas universidades federais do Estado de Minas Gerais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 124-152, ago./dez., 2015.

BOLSONARO diz que Enem deve tratar sobre “o que interessa”. *Isto É*, [s.l.], 9 nov. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-que-enem-deve-tratar-sobre-o-que-interessa/amp/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; EMERIQUE, Raquel Balmant; ODONNELL, Julia. *Tempos modernos, tempos de sociologia*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Requerimento de informação n. 1.607*, de 2020. Requer informações ao Ministério da Educação sobre as medidas de acesso e de segurança sanitária para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a respeito da Comissão, estabelecida por meio da Portaria n. 244, de 19 de março de 2019 para o ENEM 2019. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node01w2od4ik0k2cg1133dnblw360p9476801.node0?codteor=1947616&filename=RIC+1607/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01w2od4ik0k2cg1133dnblw360p9476801.node0?codteor=1947616&filename=RIC+1607/2020). Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio, v. 3).

BRASIL. Ministério da Educação. *Ofício n. 105, de 4 de fevereiro de 2021*. Requerimento de Informação n. 1.607, de 2020, do Deputado Felipe Rigoni e outros. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1961037&filename=Tramitacao-RIC+1607/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1961037&filename=Tramitacao-RIC+1607/2020). Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2018: guia de livros didáticos ensino médio*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

CAFARDO, Renata; KER, João. INEP quis driblar regra e dar acesso ao Enem a professores fora do edital. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,inep-quis-driblar-regra-e-dar-acesso-ao-enem-a-professores-fora-do-edital,70003902594>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CERRI, Luiz Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. A Sociologia no vestibular e no Enem: o caminho da legitimidade pelo enquadramento. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (org.). *Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015a. p. 252-278.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. Os impactos da presença da Sociologia nos sistemas de ingresso ao ensino superior: o que dizem os professores. *Em tese*, Florianópolis, v. 12, p. 103-123, 2015b.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portaria n. 244, de 19 de março de 2019. *Diário Oficial da União*: seção 2, Brasília, DF, n. 54, p. 41, 20 mar. 2019a.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Inep divulga balanço do trabalho da comissão que analisou itens de prova do Enem*. Brasília, DF: INEP, 2019b. Disponível em: [http://inep.gov.br/artigo2/-/asset\\_publisher/GngVoM7TÁpe5/content/inep-divulga-balanco-do-trabalho-da-comissao-que-analisou-itens-de-prova-do-enem/21206?inheritRedirect=false](http://inep.gov.br/artigo2/-/asset_publisher/GngVoM7TÁpe5/content/inep-divulga-balanco-do-trabalho-da-comissao-que-analisou-itens-de-prova-do-enem/21206?inheritRedirect=false). Acesso em: 20 jun. 2020.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Matriz de Referência ENEM*. Brasília, DF: INEP, 2009. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz\\_referencia.pdf](https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf). Acesso em: 10 jan. 2022.

MACHADO, Igor José Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia hoje: ensino médio*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2016.

MATOSO, Filipe. Bolsonaro critica questão do Enem e diz que em 2019 vai 'tomar conhecimento da prova antes'. *G1*, São Paulo, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/09/bolsonaro-critica-questao-do-enem-2018-e-diz-que-em-2019-vai-tomar-conhecimento-da-prova-antes.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MAZUI, Guilherme; KLAVA, Nilson. Bolsonaro diz que questões do Enem 'começam agora a ter a cara do governo'. *G1*, São Paulo, 15 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/bolsonaro-diz-que-questoes-do-enem-comecam-agora-a-ter-a-cara-do-governo.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MAZZA, Luigi. Mafalda é reprovada no Enem. *Piauí*, São Paulo, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mafalda-e-reprovada-no-enem>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MOURA, Michelle Thomé. *A presença da sociologia nas questões objetivas do ENEM nos anos de 2015, 2016 e 2017*. Monografia (Especialização em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NÃO mede conhecimento nenhum, diz Bolsonaro sobre questão do Enem. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/enem/2018/11/05/interna-enem-2019,717590/nao-mede-conhecimento-nenhum-diz-bolsonaro-sobre-questao-do-enem.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. *Sociologia para jovens do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Imperial Novo Milênio, 2016.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 35-48.

PEREIRA, Cilene. A balbúrdia está no governo. *Isto É*, [s.l.], 3 maio 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-balburdia-esta-no-governo/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

RIBEIRO, Flávia Ghignone Braga. *A presença e a abordagem da Sociologia no Exame Nacional do Ensino Médio a partir das diretrizes e orientações curriculares oficiais para a disciplina*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

SALDAÑA, Paulo. Bolsonaro pediu que Enem trocasse Golpe de 1964 por revolução em questões, dizem servidores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/bolsonaro-pediu-que-enem-trocasse-golpe-de-1964-por-revolucao-em-questoes-dizem-servidores.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, Afrânio *et al.* *Sociologia em movimento*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SOUZA, Agnes Cruz de. *A sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

TENENTE, Luiza. Enem 2021: servidores do Inep denunciam pressão ideológica no processo de formulação da prova. *G1*, São Paulo, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/11/12/enem-2021-servidores-do-inep-denunciam-pressao-ideologica-no-processo-de-formulacao-da-prova.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

**Declaração de Co-Autoria:** Alexandre Barbosa Fraga e Thiago Oliveira Lima Matioli declaram ter sido o artigo "idealizado e realizado em conjunto, e que ambos tiveram participação significativa na concepção da pesquisa, revisão bibliográfica, coleta e análises de dados, bem como na interpretação e redação do texto."

\*Minicurrículo dos Autores:

**Alexandre Barbosa Fraga.** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Pós-doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: alexbfraga@yahoo.com.br.

**Thiago Oliveira Lima Matioli.** Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2016). Professor de Sociologia junto ao Colégio Universitário Geraldo Achilles Reis da Universidade Federal Fluminense. E-mail: thiagomatioli@id.uff.br.